

A EXPANSÃO DO CAPITAL POR GRANDES PROJETOS: DESAFIOS AO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PARÁ

Rodolfo Pragana Moreira / UFPA – Campus de Altamira / Faculdade de Geografia

roo.p-cb@live.com

José Antônio Herrera/ UFPA – Campus de Altamira / Faculdade de Geografia

herrera@ufpa.br

RESUMO

O ensaio tem o intuito de discutir às transformações ocasionadas pelo empreendimento hidrelétrico Belo Monte, trazendo à leitura-interpretação dos principais desafios para ordenamento territorial em área de fronteira. Para subsidiar as discussões apresentam-se dados que exemplificam as modificações no território e as problemáticas multiescalares que o avanço do capital ocasiona na busca pela ampliação e valorização em si mesmo. O presente texto resulta dos dados e discussões sistematizados a partir de projetos de pesquisa e extensão que discutem ordenamento territorial, fronteira, conflitos e o desenvolvimento no território da Transamazônica e Xingu.

PALAVRAS CHAVE: Amazônia; fronteira; território; Belo Monte; desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A Amazônia Paraense, historicamente passa por múltiplas transformações socioeconômicas ocasionadas pela especulação e construção de grandes projetos capitalistas. Neste sentido, é importante explicitar o que Marinho (2012) destaca acerca dos grandes objetos ou “próteses” das colocações de Milton Santos, no qual enfatiza o processo de desterritorialização em consequência a desorganização das relações sócio-espaciais tradicionais no território.

Para essa interpretação, tem-se como pano de fundo a Formação Econômica Social e Espacial de Santos (1979) a qual prima a relação com o modo de produção, e que se define por suas espacialidades, expressando diversas esferas políticas, sociais, econômicas e culturais. No caso da Amazônia, em especial, é importante frisar que a formação está diretamente atrelada à movimentação do capital global, sobremaneira em função da necessidade do país

em ampliar a produção de matéria prima e se estabelecer como país agroexportador no contexto internacional. Expandindo deste modo as relações econômicas sob as novas fronteiras.

As diversas espacialidades e as estruturas político-econômicas vividas na fronteira, estruturam um território em conflito, a partir da composição segmentada da sociedade se configura uma extrema heterogeneidade, favorecendo a apropriação e espoliação de parte da sociedade em função da disputa pelo e do poder. Notadamente, são as contradições neste processo de formação, mas especificamente as relações sociais anacrônicas mantidas e as interações impostas no território, que objetivam a expansão econômica e domínio territorial a partir de lucros facilitados.

O avanço do capital no território ocasiona o processo de desterritorialização, segundo Haesbaert (2004), não significa o fim do território, pois a multiplicidade das relações acaba (re)produzindo diversas (re)territorializações que caracterizam os cenários multiterritoriais, de fundamental importância para a compreensão multiescalar e multifuncional das relações pelo poder, essas erigidas por sujeitos com variadas identidades e construções culturais particulares.

Falar não simplesmente em desterritorialização, mas em multiterritorialidade e territórios-rede, é basilar para o estudo da *práxis* das dinâmicas territoriais na Amazônia. E, para isso não se pode perder de vista a definição de território usado e/ou espaço banal, de Milton Santos, que afirma.

A compreensão do espaço geográfico como sinônimo de espaço banal obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Uma perspectiva do território usado conduz à ideia de espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social (SANTOS, 2000, p.2).

A importância das relações mantidas no território, de todas as relações entre todos os sujeitos, constitui os territórios-rede, uma territorialidade efetivamente múltipla e uma constante (re)territorialização por parte dos grupos com a intenção de manutenção e/ou tomada do poder no e pelo território. Assim, o território usado é

complexo, dinâmico e contraditório, movimento que tece a trama das relações conflitantes que coexistem e se complementam.

A partir da realidade vivida na Amazônia Paraense, tem-se o intento de refletir sobre o referencial teórico e propor um marco de leitura-interpretação das transformações multiescalares do cenário territorial em Altamira/Pará. Território que, foi o lócus da especulação e do início das obras na Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Obra erigida pelo Governo Federal através do Programa de Aceleração Para o Crescimento (PAC) e arquitetada por empreiteiras internas/externas, tendo como meta subsidiar a “modernização” industrial do país.

No escopo do texto analisam-se as transformações nas dinâmicas territoriais, os desafios e as perspectivas para políticas públicas em Altamira/Pará face ao empreendimento Hidrelétrico Belo Monte. Avaliando que as transformações nas dinâmicas socioeconômicas são ocasionadas pelo grande fluxo migratório que intensifica as adversidades sociais. Para isso, pretende-se compreender o movimento do capital no território e os conflitos sociais resultantes da imposição econômica no cotidiano social.

A integração da Amazônia desconsiderou interesses das populações tradicionais em favorecimento de empreiteiras interno-externas. Segundo Herrera (2012) o processo de integração caracterizou a colonização interna do país, apoiado em argumentos de que a região mantinha um grande atraso estrutural, configurada por vazios demográficos e econômicos, com isso, desconsideraram a realidade social existente para atender aos interesses exógenos de exploração dos recursos naturais.

A partir das reflexões feitas, há pouco mais de um ano operacionaliza-se no município de Altamira a pesquisa que busca compreender as consequências sofridas no território em função de projetos e empreendimentos que transcendem diferentes escalas e apresenta como uma de suas metas o desenvolvimento regional. Nestes termos, têm-se no texto algumas consequências percebidas no território em função do empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte, este caracterizado e defendido por órgãos governamentais e algumas instituições locais como pilar do desenvolvimento regional.

A seguir, figura 1, expõe a disposição do projeto ao longo do Rio Xingu, destaque para o barramento principal no sítio Pimental que projeta o desvio das

águas, alagando parte do município de Altamira e secando um trecho do rio que atende tanto famílias ribeirinhas, agricultoras quanto indígenas.



Figura 1 – Distribuição da Hidrelétrica Belo Monte ao longo do Rio Xingu. Fonte: RIMA, 2009.

Ao mudar o curso do rio será criado dois novos ambientes: um de cheia e outro de sequeiro, que alterarão drasticamente o habitat de inúmeras espécies de animais, desde insetos a peixes encontrados apenas nesta parte da bacia do Xingu, mais que isso, os modos de vidas das famílias residentes nos dois ambientes sofrerão consequências desastrosas, alterando suas formas e ritmos de trabalho ou até tendo que sair do lugar que morou e trabalhou todo sua vida.

Para explicitar elementos das transformações no território em Altamira, o texto constitui-se de resultados preliminares de pesquisa de campo (visita em instituições com coleta de dados primários e secundários), de uma revisão de literatura e de reflexões subsidiadas a partir da aproximação feita da bibliografia consultada com a realidade vivida durante os últimos anos no município de Altamira.

Portanto, a proposta deste ensaio é estabelecer um marco de leitura e interpretação de avanços e problemas ocorridos com a implantação do empreendimento que outrora não considerou as decisões e atualmente não respeita os interesses de parte expressiva da população do território, problematizando acerca da implementação de políticas públicas, considerando o fato de que se deva proporcionar ações governamentais e não-governamentais que respondão aos interesses dos sujeitos locais, compreendendo seus desafios e suas perspectivas.

Com este exercício propõe-se criticar e romper com a ideologia de progresso e desenvolvimento pensado e exercido, ao longo de sua história, de maneira coercitiva sobre a população Amazônica.

DESAFIOS AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As escalas de análise sobre o planejamento e o ordenamento territorial, são fundamentadas nas territorialidades existentes, na gestão do território e dos múltiplos conflitos gerados pelos novos e velhos sujeitos que objetivam a obtenção de poder político-econômico. As variantes que configuram o ordenamento territorial são arquitetadas por diversas classes, grupos, o Estado e o setor privado, sujeitos que rotineiramente exercem práticas e ações desarticuladas, no entanto, complementares.

Becker (2012) exemplifica que a gestão do território é uma prática estratégica, com objetivo de controlar as relações dos diversos sujeitos em interação social, e que objetiva o poder no espaço-tempo responsável pelo domínio do território. Por isso, a compreensão das relações econômicas é fundamental no processo de controle e opressão social, controle que gera a (des)integração entre os grupos.

A valorização do capital na Amazônia acontece ao mesmo tempo em que se transforma o estado de fronteira e suas relações. Fronteira essa, não pela delimitação de fatores político-administrativos ou como locus limite de produção e exportação no Brasil. Mas, sob as análises das transformações nas relações entre os sujeitos, na complexificação dos interesses e na deficiência da funcionalidade do Estado face ao ordenamento territorial.

De acordo com Monteiro, Coelho e Barbosa (2011) o termo fronteira possui um sentido polissêmico nos campos da geografia, da história, da economia política e das ciências sociais. Em termos gerais, identificam-se duas acepções principais: a de limite, frente ou zona de concorrência e complementaridade entre territórios ou sistemas de natureza diversa; e a de limite, frente ou zona de expansão que desloca ou redefine o modo de produção capitalista no tempo e no espaço.

Na segunda acepção, adota-se a noção de fronteira como avanço de frentes pioneiras sobre terras livres, incorporadas às estruturas de reprodução do capital financeiro e sua dinâmica diversa de relações do território usado.

O funcionamento da máquina capitalista de crescimento algo 'artificial' teve um de seus fundamentos na extensividade da acumulação sempre em busca de fronteiras geográficas ou econômicas desta civilização predatória de desenvolvimento não sustentável (FURTADO apud BRANDÃO 2007, p.190).

Desse modo, as políticas e estratégias de Estado que mantém íntima relação com o capital tem continuamente minimizado, na Amazônia, a ordem e a organização social de grupos tradicionais existente, com isso várias conformações sociais e étnicas têm vivido o processo de (des)estruturação das suas territorialidades.

As dinâmicas e os conflitos, na fronteira, entre os novos e velhos sujeitos, favorecem a complexificação das relações, assim como favorecem a expansão capitalista com domínio e usurpação de aspectos tradicionais. Herrera (2012) destaca que o avanço do capital no território se apropria das adversidades sociais, culturais e geográficas para se valorizar em si mesmo.

Gonçalves (2010) entende que o cenário de (des)envolvimento (re)produzido na Amazônia busca quebrar o envolvimento, a coesão interna de povos e regiões, submetendo-os à sua lógica de produzir com uma distribuição desigual de riqueza. Com uma lógica de “[...] transformação permanente, desigual no tempo e no espaço, os diferentes povos e suas regiões estão sempre sendo atualizados no seu ‘atraso’, precisando ser novamente (des)envolvidos” (GONÇALVES, 2010, p.67).

Desse modo, a Amazônia “[...] se inscreve na divisão nacional/internacional do trabalho como exportadora de matérias-primas, sobretudo minerais e madeiras” (GONÇALVES, 2010, p.102). Importante frisar que parte do condicionamento produtivo nacional está relacionado à dependência que o país historicamente mantém com os países centrais.

O destaque dado a DIT passa pelo entendimento que tanto as ações produtivas quanto a distribuição dos seus benefícios são estabelecidos a partir da configuração e arranjos como respostas as funções que o Estado-Nação assume, e que a produção e a distribuição acontecem de forma desigual, principalmente se considerado a repartição dos recursos alocados nas distintas regiões do país (MOREIRA; da SILVA; HERRERA, 2012, p.3).

O resultado do (des)envolvimento pensado para a Amazônia, trás um progresso seletivo, heterogêneo e que intensifica as desigualdades no território. A parceria Estado e Capital refuncionaliza o objetivo do primeiro em prol da homogeneização econômica, as estratégias de manipulação das massas e de implementação de grandes projetos perpetuam uma frequente (re)produção de um espaço em conflito, dividido e dotado de descontinuidades e crises.

Moreira, da Silva e Herrera (2012, p.5), a partir de reflexões de Brandão, propõem a interpretação a partir do processo de homogeneização do capital, pois expressa, de certo modo, o que tem ocorrido nas dinâmicas do território em questão. Compreendendo que a homogeneização do capital não delimita regiões, mas desfaz as fronteiras territoriais, transbordam os limites, buscando condições básicas para o valor se valorizar em termos absolutos e universais, ampliando o capital no território.

O desenvolvimento para a Amazônia só poderá ser construído se a expansão econômica no território coexistir com práticas que respeitem o meio ambiente e as populações tradicionais. Ao mesmo tempo em que a diversidade construída pelas relações sociais for compreendida como um fator pujante à elaboração de políticas multiescalares que proporcione maior equidade social.

O Estado, as políticas públicas e os interesses de mercado têm presidido a formulação de planos e programas desenvolvimentistas direcionados às novas fronteiras de recursos, que extrapolam os limites políticos dos territórios nacionais e configuram a “(...) dimensão transnacional dos projetos de infraestrutura e de logística de transporte, que representam a atual investida na modernização da Pan-Amazônia” (CASTRO, 2012, p.9).

Nesse sentido, é fundamental compreender o estudo de fronteira na Amazônia. Para enfatizá-la acerca de suas múltiplas relações, Herrera afirma:

[...] O estudo da fronteira deve ser feito mediante a compreensão dos processos que expressam formas, estruturas, movimentos e interações espaciais que permitam compreender não só as alterações nas relações e dinâmicas impostas ao ‘mundo do outro’, mas como tentativa de consolidação de um mercado mundial único (HERRERA, 2012, p.61).

As formas, estruturas e movimentos que constituem as relações em uma fronteira de acumulação e expansão capitalista confirmam o que Pereira (2011) aborda a partir de reflexões de Silveira, mostrando que não há como explicar o território sem o seu uso. Não há como explicar o uso do espaço sem sua dimensão

política, portanto, a condição híbrida que faz do território usado uma categoria central para a formulação de uma teoria social.

Teoria essa, constituída pela proposta de desenvolvimento abordado, com respeito ao meio ambiente e as adversidades culturais e geográficas do território. Procurando acabar com o cenário de que “tanto o território nacional quanto os lugares se tornam vítimas de discursos e práticas corporativas” (PEREIRA, 2011, p.99). Para construir uma consistente *práxis* social transformadora de desenvolvimento para as múltiplas culturas de um território.

Monteiro, Coelho e Barbosa (2012) exemplificam a partir de reflexões de Becker e Bunker que não se pode, portanto, desprezar o papel das estruturas socioespaciais preexistentes. Fazendo com que se construa uma dialética entre as formas-conteúdos novas e as antigas, porém estas são frágeis demais para resistir ao avanço das primeiras, dado a intensidade das forças que geram as fronteiras, em especial as do capital.

No caso da Amazônia, a *práxis* é caracteriza pelo que Pereira (2011) chama de *práxis* invertida, pois, ao invés de constituir-se como ação orientada para a construção livre e autônoma do território, se apega aos mandamentos de uma lógica corporativa que promove a expansão e o fortalecimento dos nexos capitalistas, capazes de erigir uma configuração territorial que lhe dá suporte.

O ordenamento territorial é fundamental para a elaboração de políticas públicas capazes de subsidiar os interesses e as necessidades da população. Importante explicitar que o movimento do capital no território não causou a gênese dos problemas sociais, todavia, intensificou suas crises e problematizou as heterogeneidades de obtenção e manutenção de poder pelos sujeitos.

A necessidade de expansão capitalista na Amazônia intensificou a criação de *pseudo* projetos de desenvolvimento regional, configurados pela gestão do território e expropriação dos recursos naturais e humanos.

Assim estruturaram-se as mudanças no caráter de fronteira, ao mesmo tempo em que aumentou a necessidade por políticas públicas que compreendessem as distorções geradas pelas abruptas mudanças. Tornando-se essencial analisar os desafios e as perspectivas que as dinâmicas territoriais têm em área de implementação de grandes projetos.

ASPECTOS DA TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

A diversidade das transformações no território são resultantes da expansão capitalista na Amazônia, que acontece condicionada aos agentes externos, quase sempre buscando promover a especialização produtiva com consequências danosas à sociedade local, alterando as dinâmicas do território e as relações socioeconômicas.

Saifi e Dagnino (2011) destacam que os modelos de desenvolvimento econômico adotados no país baseiam-se na especialização e exportação de commodities e de recursos energéticos hídricos, pensando no crescimento econômico, em detrimento aos investimentos em industrialização e em fontes energéticas limpas e renováveis, cujo ciclo econômico é tido como mais virtuoso em termos de sustentabilidade.

Sobre a especialização produtiva, o condicionamento econômico e os modelos importados há concordância com Furtado (2002) ao mostrar que o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas. É, em si, uma situação particular, resultante da expansão destas, que buscam utilizar recursos naturais e mão-de-obra de áreas de economia pré-capitalista.

De acordo com Herrera, Miranda Neto e Moreira (2012) as reflexões contemporâneas sobre os problemas no território devem ser interpretadas a partir de uma lógica dialética, de leitura conjuntural que compreenda a constante (re)produção dos territórios e das suas territorialidades diversas, considerando, o subdesenvolvimento como provocador de relações de poder desiguais, de fragmentação assimétrica dos recursos gerados e da manutenção de uma ordem coercitiva e segmentada da produção, retomando o exposto por Furtado (2002).

Dessa forma, as economias subdesenvolvidas podem conhecer fases prolongadas de crescimento de seu produto global e per capita, sem reduzir o grau de dependência externa e a heterogeneidade estrutural interna, que são suas características essenciais (FURTADO, 2002, p.32).

Neste caso, uma economia pode crescer seus índices de maneira acelerada. Todavia, não obrigatoriamente constitui-se em uma lógica de desenvolvimento. De modo que “o termo crescimento econômico leva em consideração apenas a

expansão do produto nacional bruto, total ou per capita, sem fazer referências aos indicadores sociais” (SANTANA, 1998, p.110).

Quando observado a realidade de Altamira e municípios vizinhos, torna-se essencial problematizar acerca do modelo de desenvolvimento elaborado para a região amazônica e mais especificamente para a porção Sudoeste da Amazônia Paraense, onde estão localizados os municípios impactados na década de 1970, pela abertura da rodovia Transamazônica (BR 230) e agora pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte.

O ponto de partida se dá na verificação dos problemas ocorridos em função do aumento populacional descontrolado em curto período de tempo. Por sinal, gerando distorções nos índices registrados pelo Governo. Sobre isso, Moreira, da Silva e Herrera (2012) destacam que:

Dados da Secretaria de Planejamento do Município apresentam que a população altamirense encontra-se bem acima do registro feito pelo IBGE, os dados sistematizados foram feitos a partir de dois estudos: do aumento na coleta de lixo entre todo o ano de 2011 e o mês de janeiro de 2012 estima a população de Altamira em 148.053 pessoas; e a partir de atendimentos de urgência/emergência no Hospital Municipal São Rafael entre os anos de 2010 e 2011 e os dois primeiros meses de 2012 estima a população em 143.918 pessoas. Por isso, a secretaria de Altamira atua considerando a média dos dois estudos, 146.224 pessoas, alegando defasagem ainda nos primeiros meses do ano de 2012 (MOREIRA, da SILVA, HERRERA, 2012, p.6).

Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do CENSO de 2010 mostram que a população para o município de Altamira é de 99075 habitantes. Resultado bem distinto dos números apresentados pela Secretaria de Planejamento de Altamira. A diferença nos dados informados pelo Instituto e o projetado pela SEPLAN, resulta segundo técnicos do escritório local do IBGE por conta da forma como são feitos os levantamentos, questionamentos pelo órgão. É registrado pelo Instituto o lugar de domicílio do entrevistado, e mesmo o trabalhador da obra Belo Monte estando em Altamira por um período não implica em residência fixa, pois sua família, no geral, encontra-se em domicílio fora de Altamira. O não registro de parte da população como residente no município é um problema característico do aumento excessivo do trabalho temporário e/ou volante.

Ainda sobre fatores demográficos, o gráfico um (1) a seguir evidencia a população urbana e rural de Altamira entre os anos (1970-2010). A amostragem tem como mote evidenciar a regressão da população rural a partir do ano de 1990 em detrimento ao aumento da população urbana em todo período, tendo como hipótese a importância do eixo urbano-industrial. Atualmente, Altamira vive um *boom* populacional ocasionado pela movimentação do capital no território, situação que tem gerado grande dinamismo na indústria e nos serviços, resultando em demanda por emprego e consequente aumento no mercado consumidor.

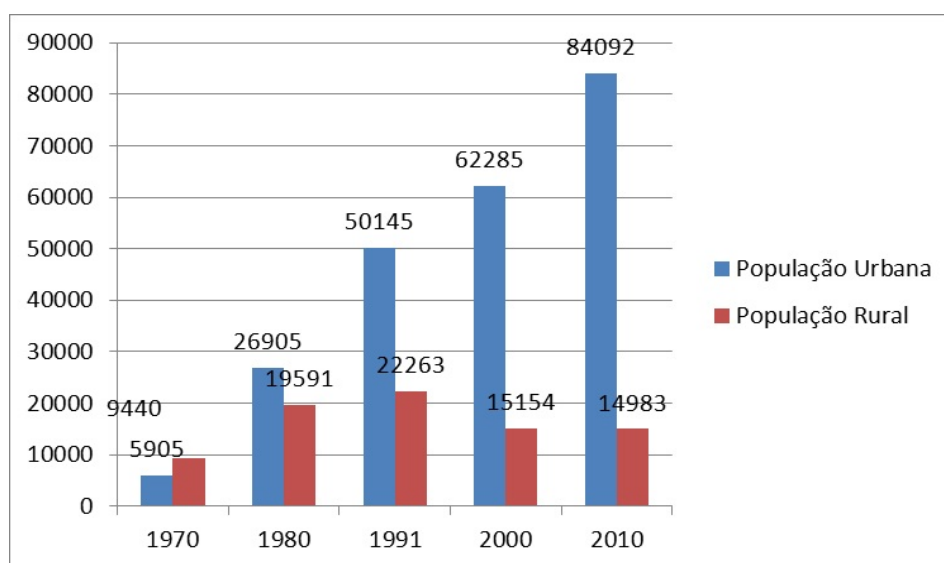


Gráfico 01: Altamira-Pará, Índice de variação na população urbana e rural no município. Fonte: IBGE, 2012.

O aumento populacional, consequentemente gera problemas sociais, principalmente se este não estiver sendo monitorado e acompanhado de políticas públicas adequadas as crescentes necessidades da sociedade. Mas, percebe-se em Altamira que ações são negligenciadas e os problemas ocasionados pela falta de atendimento básico a população aumentam de forma alarmante. Problemas como moradia em condições subnormais que no período de chuvas são inundadas, necessitando do deslocamento das famílias, aumento de doenças atreladas à falta de saneamento básico. Nestes termos, registra-se que não há leito hospitalar e corpo técnico, nos hospitais públicos, em quantidade suficiente para atender as ocorrências registradas. Segundo dados do Hospital Municipal, as emergências e urgências até meados de 2011 não ultrapassavam 35 atendimentos dias e atualmente, com mesmo quadro técnico e infraestrutura, atendem em média 350 ocorrências diariamente (HMUESR, 2012).

Este simples exemplo serve para enfatizar a máxima de que o aumento populacional no território deve ser acompanhado por políticas públicas que possam responder as crescentes necessidades da população local. No entanto, o que se percebe é o movimento do capital ignorando as dinâmicas locais e desrespeitando a diversidade cultural, mediante a tentativa de homogeneização do território, no sentido de impor a dinâmica da valorização do capital em si mesmo, que por consequência arrebatada, espolia e desapropria parte da sociedade que por consequência são levadas a condições subnormais e desumanas.

A premissa nesta reflexão é que se busque estabelecer estratégias que possam romper com o cenário de *práxis* invertida do território, a partir do estudo das demandas, para que as transformações nas dinâmicas não sejam evidenciadas e apropriadas em favorecimento à ordem corporativa do capital de acumulação.

Um conjunto de dados organizado no gráfico dois (2), a partir de relatórios da Polícia Militar de Altamira/Pará (PM-ATM, 2012), destaca a variação semestral entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2012 de ocorrências geradas com empenho pelo 16º Batalhão da Polícia Militar (16ª-BPM).

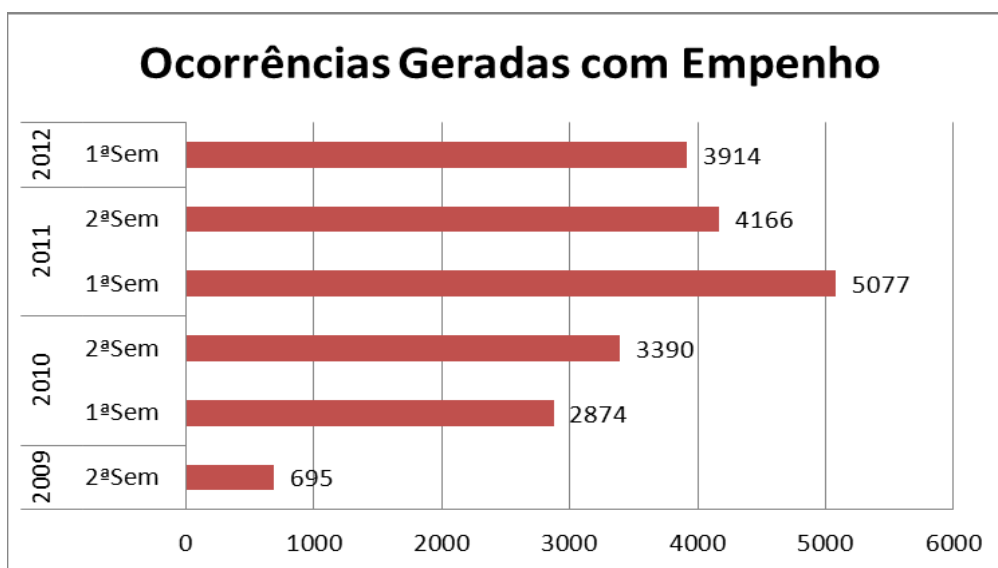


Gráfico 02: Altamira-Pará, índice de ocorrências registradas no 16ª Batalhão da Polícia Militar. Fonte: 16ª Batalhão da Polícia Militar.

No gráfico dois (2) destaca-se o pico das ocorrências geradas, sendo justamente o semestre em que a obra da Hidrelétrica se inicia. Durante todo o primeiro semestre de 2011 aconteceram cinco mil e setenta e sete (5077) ocorrências, em hipótese pelo aumento populacional, ocasionado com o início das obras na UHE Belo Monte no final do primeiro semestre daquele ano.

Ao analisar o gráfico três (3), verifica-se as principais ocorrências num dado período, destaque para o registro de desordem no primeiro semestre de 2011, reforçando a afirmação de que o início da obra acarretou para o município problemas sociais que passam por ausência ou incipiente conjunto de ações públicas. O cotidiano foi alterado e a sociedade local não pôde acompanhar, na verdade, essa tem sofrido externalidades em detrimento a expansão do capital no território.

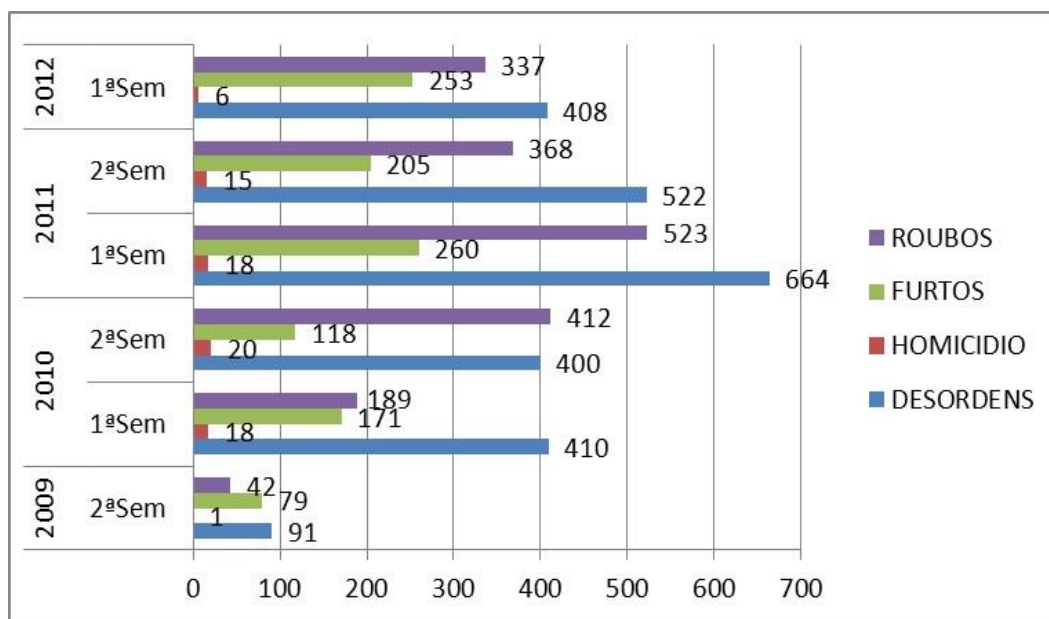


Gráfico 03: Altamira-Pará, índice de variação das principais ocorrências no município. Fonte: 16ª Batalhão da Polícia Militar.

O aumento no índice da violência e das outras negativas sociais ajuda a evidenciar que a integração da Amazônia a economia mundial, a movimentação do capital no território e as transformações nas dinâmicas locais, ratificam a lógica de interesses sobrepostos em que o Brasil e a Amazônia estão na Divisão Internacional do Trabalho a partir dos territórios multi-gestionários e multi-identitários que constroem os territórios-rede.

Por isso, entende-se que os grandes projetos e/ou “próteses” não devem descaracterizar as dinâmicas tradicionais. E, que o verdadeiro desenvolvimento para o território, só será alcançado a partir da compreensão da multiplicidade que compõem culturas, sujeitos, instituições, grupos e classes que configuram o cenário em análise.

Portanto, assume-se que o avanço do capital no território, a partir do empreendimento Belo Monte e a ineficiência ou ausência de políticas públicas que compreendam as múltiplas necessidades do território, marginalizando parte expressiva da população, logo considera-se que a dinâmica pensada para a Amazônia e para o território da Transamazônica e Xingu se faz de modo equivocado ao priorizar o capital e limitar as forças endógenas, essas entendidas, como alternativas para o desenvolvimento.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nota-se que o movimento do capital interfere em diversos aspectos na realidade local, principalmente, devido à imposição direta nos diferentes momentos da história, os quais alteraram tanto as estruturas produtivas quanto a própria formação econômico e social do território.

Os distintos tempos entre os sujeitos em interação configuram um território de conflito, dotado de contradições e com múltiplas dinâmicas. Deste modo, pensar o desenvolvimento da Amazônia, a partir de estratégias corporativas do capital gera significativa dinamização na economia do país, no entanto, essas estratégias, historicamente, não têm compreendido, tão pouco considerado as diversas culturas do território.

Para tanto, necessita-se romper com a *práxis* invertida, é essencial valorizar a diversidade, pensando políticas públicas e estratégias sociais que proporcionem autonomia para o ordenamento territorial.

A dinâmica de fluxos da globalização descaracteriza cada vez mais as áreas territoriais, visto que os territórios-rede ganham mais funcionalidade. A integração dos territórios, a partir de múltiplos interesses, problematiza a organização de políticas públicas e até mesmo dos movimentos sociais, devido a (re)produção de relações fragmentadas no território.

Desse modo, devem se buscar viabilizar propostas de equilíbrio societário como mecanismo de mitigar os problemas gerados pela expansão do capital no território, ponderando em especial o fato de que os grandes projetos de (des)envolvimento capitalista têm (des)configurado, na Amazônia, a interação harmônica entre sociedade e natureza. Com isso, é importante ressaltar a

perspectiva apresentada por Brandão (2007, p.182), mediante “alternativas concretas de construção de cidadania, dignidade, segurança e proteção, com radicalidade democrática e redistribuição de renda, riqueza, poder e acesso ao Estado, reconstruindo politicamente novas escalas para as políticas de desenvolvimento”, discutindo a natureza das diversidades territoriais como elementos da formação econômica, social e espacial da Amazônia.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas - Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, 2010 p. 17-23, jan.-abr.

BPM - 16º Batalhão da Polícia Militar. Relatório de acompanhamento dos crimes ocorridos no município de Altamira. Altamira-Pará, 2012.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007. 238 p.

COELHO, M. C. N. et al. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**: Gestão do Desenvolvimento Regional. Belém: Editora Cejup. 2001, P.307.

CASTRO, E. **AMAZÔNIA: sociedade, fronteiras e políticas**. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, Jan./Abr. 2012.

FURTADO, C. **Em Busca de Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. 2ª Edição São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo. Editora Contexto. 2010, p.178.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Campinas, n.17, p.19-46, 2004.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. 2012. 365 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: [HTTP://www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acessado em: 14/01/2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: número de domicílios por Unidade de Federação 2010**. Disponível em: [HTTP://www.ibge.gov.br/cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat). Acessado em: 14/01/2012.

MARINHO, J. A. M.; SARAIVA, M. P. **Hidrelétrica Belo Monte e Processos de Des-territorialização no Médio Rio Xingu-Pa**. ANPPAS, 2012.

MONTEIRO, M., COELHO, M., BARBOSA, E. Fronteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia oriental brasileira. **GEOgraphia**, América do Norte, 13, jun. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/449>. Acesso em: 21 Out. 2012.

MOREIRA, R. P.; da SILVA, P. R. P.; HERRERA, J. A.; Hidrelétrica belo monte e transformações socioeconômicas e ambientais no município de Altamira-Pará. In: V Semana de Geografia da UEPB. Guarabira, **Anais**. 2012, p.1-13.

HERRERA, J. A.; MIRANDA NETO, J. Q.; MOREIRA, R. P. Transformações do território em área de fronteira de acumulação: interpretações a partir de evidências no microterritório de Altamira – Pará. In: II Seminário Internacional Sobre as Microterritorialidades nas Cidades. Presidente Prudente, **Anais**. 2012, p.504-521.

PEREIRA, M. F. V. Território e política: *práxis* invertidas e desafios da existência. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 2011. 23 (1): 95-104, abr.

SAIFI, S. E. ; DAGNINO, R. S. **Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará**. IPEA, 2011.

SANTANA, C. M. **Como Funciona a Economia**. Editora Valer, 1998.

SANTOS, Milton. **O papel ativo da geografia um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis. 2000, p.103-109.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. In. SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: Ensaio**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

SILVA, C. A. et al. (Org.) **Território e Ação Social: Sentidos da Apropriação Urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2011, 171 p.

SMS – Secretaria Municipal de Saúde. Relatório de atendimento hospitalar em Altamira, Hospital Municipal São Raphael. 2012.